

**O ensino profissional feminino na cidade
de Curitiba no despontar do século XX**

Etelvina Maria de Castro Trindade*

Eliane Mimesse Prado**

Resumo:

Apresentam-se aspectos do ensino profissional feminino na cidade de Curitiba, nos décadas iniciais do século XX. Objetivou-se entender a inserção dessa mão de obra no mercado de trabalho local e seu acesso a cursos profissionais. As fontes primárias foram compostas por documentos, periódicos e revistas da época. Concluiu-se que o movimento feminino em prol do trabalho foi concomitante às ações da sociedade para torná-lo invisível; essa utilizou reiteradamente ideias tácitas sobre a fragilidade, a ingenuidade intelectual e o papel maternal das mulheres.

Palavras-chave: Educação feminina; Ensino profissional; História da educação.

Abstract:

Aspects of the professional female education in the city of Curitiba presents itself on the initial decades of the Twentieth Century. The goal was to understand the insertion of this work force in the local market and their access to professionalizing courses. The primary sources were based on documents, journals and magazines from that time period. The conclusion was that the feminist movement to have access to job opportunities was concomitant to society's attempts to turn it invisible; Society repeatedly used tacit ideas about the frailty, intellectual naiveté and women's maternal role.

Keywords: Female education; Professional education; History of education.

* Professora na Universidade Tuiuti do Paraná.

** Professora na Universidade Tuiuti do Paraná.

Introdução

No Brasil, em fins do século XIX e início do XX, a sociedade que então se industrializava passou a prestar especial atenção à educação das massas populares para os novos mercados de trabalho, preocupando-se igualmente com a possível inserção da mulher nos meios profissionais. Após a Proclamação da República disseminou-se no país o desejo de transformar os indivíduos em parte ativa do progresso nacional e da prosperidade pública.

Nesses anos, os legisladores e educadores preocupavam-se com a organização das escolas primárias, em decorrência dos altos índices de analfabetismo. Tem-se de considerar que, nessa época, a população brasileira era constituída por imigrantes, ex-escravos e indígenas. Levando-se em conta a população como um todo, poucos eram os sujeitos alfabetizados em língua portuguesa. Assim, a instrução primária era o “caminho para a civilização e a salvação destes incultos”, como foi defendido por vários dos legisladores – que visavam o seu futuro eleitorado, desde meados do anúncio da República. A educação era, naquele momento, um modo de solucionar alguns dos problemas sociais e incorporar as camadas da população ao processo civilizatório, como foi expresso por Nagle (1985, p. 263).

O legislador Rui Barbosa, em discurso no ano de 1910, deixou clara sua “devoção à causa do ensino popular”. Segundo seu texto, a importância do ensino não estava apenas nas reformas, mas na necessidade de colocá-las em prática, de modo a “reformular os costumes”. Defendia a instrução do povo e a premente ação na sua educação, como meio saneador para a realização das “aspirações democráticas”.

A instrução do povo, ao mesmo tempo que o civiliza e o melhora, tem especialmente em mira habilitá-lo a se governar a si mesmo, nomeando periodicamente, no município, no estado, na União, o chefe do poder Executivo e a Legislatura. [...] Este se ressentiria de imperdoável omissão, se eu vos não dissesse como compreendo os meios mais próximos de acudir. Com a urgência precisa, a uma das nossas maiores aspirações democráticas. (BARBOSA, 1999, p. 328)

O foco do texto de Barbosa (1999) era a escolarização primária visando a ampliação no número de votantes. Mas, o mote não era somente esse, existia a necessidade de se nacionalizar a infância, porque, com a educação dos filhos desta população na língua nacional, estaríamos formando os futuros cidadãos brasileiros.

Conforme Nagle (1976), a escolarização primária neste período deveria contribuir sobremaneira como fator dessas mudanças. Embalados por essa utopia, os ideólogos da época olhavam com esperança a instrução elementar como veículo de disseminação da aprendizagem e reguladora da oferta de mão de obra no mercado nacional. Nesse contexto surgiu a necessidade da ampliação do número de estabelecimentos para a difusão das primeiras letras, para posteriormente se implantarem escolas profissionais de orientação utilitária.

De acordo com esse pensamento buscou-se, em todas as capitais do país, nos anos iniciais do século XX, a elevação no número de estabelecimentos públicos de ensino, na tentativa de modificar os padrões escolares até então existentes. As escolas públicas nas grandes cidades brasileiras nos anos iniciais do século XX eram formadas por: *Escolas Isoladas* femininas e masculinas, que continham uma única sala de aula, agregavam alunos de idades e níveis de aprendizagens diferentes; *Escolas Reunidas* que uniam algumas escolas isoladas em um mesmo espaço físico e *Grupos Escolares* que contavam com vários professores e salas organizadas segundo a idade e a série, localizados em edifício único. Esses três tipos de escolas, de acordo com Mimesse (2010), formavam os alunos no curso primário. As escolas secundárias, então denominadas como Liceus ou Institutos, formavam no curso secundário e as Escolas Normais formavam os professores. Essas escolas mantinham em seus quadros um grupo seleto de alunos, neste contexto alguns setores menos abastados da população passaram a valorizar as escolas profissionais.

Os preconceitos na formação para o trabalho

Na cidade de Curitiba, a tentativa de resolver a carência educativa da população a partir desses novos preceitos evidenciou-se na proliferação

das escolas profissionalizantes, sobretudo com a ampliação das escolas noturnas e dos cursos comerciais. Incluíam-se, nesse caso, a *Escola Noturna Republicana*, criada após a proclamação, e a *Escola Noturna da Câmara Municipal*, que foi instalada em 1882, em uma das salas da Câmara com o intuito inicial de abrigar uma escola noturna de instrução primária para o sexo masculino. Mas, aceitou como alunos, além dos homens adultos, meninos a partir de oito anos de idade e cativos; com o passar do tempo ingressaram as mulheres. Ambas as escolas buscavam atender aos trabalhadores que desejavam adquirir um aprimoramento intelectual e profissional. Na escola *Republicana*, pôde-se identificar no documento *Termo de Visita das Autoridades Escolares* comentário sobre as aulas.

De chegada, feriu-me agradavelmente a atenção a presença de adultos de ambos os sexos que, em vez de se entregarem à noite, a diversões ou ao ócio para repousarem das lidas do dia, aqui vêm ilustrar seu espírito. Assistindo aos exercícios escolares, apreciei o método aqui adotado exibindo-se conscienciosamente os alunos em noções puramente práticas de conhecimentos úteis à vida comum (PARANÁ, 1905, p.2).

Nessa nova compreensão educacional, cogitou-se, atendendo à feição mais prática do momento, de incluir as mulheres no pre-paro à profissionalização, com a finalidade de torná-las parte útil na construção da prosperidade nacional. Mas, no que respeita aos direitos femininos do trabalho, a sociedade curitibana do período não ultrapassava em muito o reconhecimento da urgência em qualificar mulheres que, por falta de amparo masculino ou por pressões financeiras, se vissem obrigadas a cumprir tarefas subalternas. Tornava-se, assim, desejável que elas adquirissem certo grau de instrução, e mesmo de profissionalização, para evitar qualquer desvio de comportamento que afetasse a família ou a sociedade. E, desta forma, como nos alertou o comentário publicado no periódico *Diário da Tarde*, as mulheres “adotam profissões várias e mais ou menos adequadas e que lhes garantam subsistência honesta”. A capacitação para o trabalho constituía o recurso para que as mulheres ganhassem sua vida honestamente, na hipótese de lhes faltar a figura paterna ou o cônjuge.

[...] não havia para elas senão uma tábua de salvação - o casamento, ao mais das vezes precipitado, para sanar situações intoleráveis. Mas os tempos passam e os costumes seguem a sua evolução; já não é só o lar que alcança o trabalho da mulher. Já não é o difícil e mal retribuído ensino primário que oferece novos horizontes ao sexo fraco. Pouco a pouco vai avançando em todas as esferas da atividade humana. (DIÁRIO DA TARDE, 1913, p. 3).

E apesar da urgência de prepará-las para o exercício efetivo de uma profissão, estimulada principalmente por educadoras conscientes de seu papel, nem sempre se conseguiu introduzir em Curitiba uma mentalidade que privilegiasse o encaminhamento das mulheres ao trabalho rentável. Em artigo do periódico *A República*, identificaram-se argumentos sobre a importância do ensino em sua “objetividade prática”, sobre a necessidade desses “cursos modernos terem um carácter acentuadamente prático, quase utilitário”. A sociedade pedia que os cursos não visassem apenas a erudição, mas primassem pela prática, de forma a possibilitar o acesso mais rápido das mulheres ao mercado de trabalho, sem que necessariamente fossem conduzidas ao bom casamento. O artigo do periódico ainda demonstrava que existia uma *revolução* no ensino feminino em andamento, e o momento era o de mudança de posturas.

[...] a revolução tem sido profunda, mais especialmente no ensino da mocidade feminina, que as circunstâncias econômicas e a evolução da moral (traduzindo-se nas dificuldades da colocação pelo casamento) colocaram em embaraçosas condições. É absolutamente indispensável, tendo em vista o futuro, orientar a educação da juventude feminina num sentido diametralmente oposto ao atualmente seguido. Isso não é obra exclusiva dos poderes públicos que, aliás, muito podem fazer remodelando o ensino do sexo feminino e apropriando-o melhor ao seu fim. É obra, principalmente dos pais, dos chefes de família, cujas transigências e complacências chegam a extremos aberrativos (A REPÚBLICA, 1914, p. 1).

Mas, da mesma forma que não era possível aos educadores curitibanos excluirmos das propostas de ensino os preconceitos sobre o papel específico das mulheres na sociedade, também não lhes foi possível eliminar do contexto

educacional as injunções introduzidas pelas diferenças de classe. A separação se dava a partir da origem dos alunos, refletindo-se não apenas em sua destinação profissional, mas na própria filosofia do ensino.

E se as escolas públicas funcionavam de maneira mais democrática, nas escolas particulares, sobretudo religiosas, estudantes de diferentes categorias sociais não se misturavam. Essas escolas religiosas prosperaram, como foi descrito por Soares de Almeida (2004), por se colocarem como determinantes no rumo da educação feminina das elites, de modo a resguardarem suas alunas das ideias da modernidade. As famílias tradicionais das classes mais abastadas mantiveram suas filhas sob a guarda dessas escolas, contribuindo com a perpetuação da ideia de oferecer a uma criança a possibilidade de ascensão social pela instrução, mas essa ideia não chegava a atingir a sociedade da época de forma significativa.

Nas escolas primárias elementares femininas as matérias lecionadas eram as mesmas que as das escolas masculinas, porém o conteúdo de geometria não era ensinado para as meninas, a aritmética era limitada à teoria e somente as quatro operações eram feitas na prática. As meninas contavam com aulas de *Prendas Domésticas* para ocupar o horário dos conteúdos suprimidos. Essas aulas envolviam a costura, o bordado e os mais diversos trabalhos com agulhas - em alguns casos como os citados por Mimesse (2010), na escola pública feminina que pesquisou, os trabalhos com agulhas chegaram a ser roubados, causando uma grande indignação na localidade. Quando se tratavam de alunas menos abastadas os trabalhos manuais ensinados nas aulas de *Prendas Domésticas* assumiam uma feição mais utilitária; existia neste caso a possibilidade de essa aprendizagem tornar-se uma profissão.

De acordo com artigo de Soares de Almeida (2005), o “excesso de instrução” para as mulheres poderia tornar-se um perigo, como a concessão de direitos cívicos e a ampliação dos espaços de ingresso no mercado de trabalho. Esses quesitos reunidos eram considerados como “fatores de desestabilização social e um atentado às recomendações religiosas”. A autora ainda indicou argumentos da época sobre os motivos pelos quais a educação masculina deveria ser diferenciada da feminina.

[...] uma educação diferenciada para meninos e meninas, de acordo com a herança do passado, não poderia ter seus princípios alterados, por ser antinatural, sendo fundamental para a estabilidade social que a educação feminina fosse sempre diferente da masculina. (SOARES de ALMEIDA, 2005, p. 71).

A educação feminina fazia-se, deste modo, segundo a posição social: às destinadas à subsistência pelo trabalho, atribuía-se a aprendizagem de atividades manuais e domésticas, ocupação tradicionalmente reservada ao sexo feminino; para as jovens das classes mais favorecidas, acrescentava-se a esse fundo comum uma bagagem variada de artes de salão e de conhecimentos literários.

As congregações religiosas, muitas delas nascidas para o atendimento de órfãos e desamparados, eram as que melhor cumpriam essa função discriminatória, fornecendo ensino gratuito às crianças carentes das redondezas e criando dentro de seus muros espaços para as denominadas “desprivilegiadas da sorte”. Um exemplo que pode ilustrar essa passagem é o do *Asylo de Órfãos do Cajuru*, mantido e dirigido pelas religiosas de São José. O estabelecimento foi elogiado em artigo publicado no periódico *Diário da Tarde*.

[...] é um estabelecimento digno dos mais francos elogios. Ali são mantidas e educadas muitas pobrezinhas órfãs, que, tendo vindo ao mundo sem poder aquecer a sua fraqueza sob as protetoras asas maternas, encontram ali o agasalho e o conforto que a adversidade lhes negou. O aspecto das criancinhas denota o bom tratamento recebido. São muitas, mais de 30 de diversas idades e nacionalidades, brancas, pardas e pretinhas, vestidas com o seu uniforme de riscado, mas bem limpos.

As órfãs aprendem não só a ler, escrever e contar, como também a jardinar e vários trabalhos domésticos. Uma coisa que me causou surpresa: foi ver uma pretinha, esperta e inteligente, falar corretamente o francês (DIÁRIO DA TARDE, 1914, p. 1).

O discurso apresenta de modo claro o tom preconceituoso que unia pobreza e sujeira, tornado evidente na menção aos uniformes das alunas “de riscado, mas bem limpos”, bem como a relação entre inteligência e etnia. Faz-se necessário relembrar que a sociedade curitibana nesta época ainda

estava muito receosa com relação às diversas etnias que compunham a mão de obra, o mesmo se pode afirmar sobre as opiniões relacionadas à posição social dos ex-escravos, por esses formarem, em conjunto com os imigrantes europeus, um grupo social alheio ao que era considerado culto.

Nos orfanatos, como nas escolas gratuitas, os pro-gramas de ensino voltavam-se, primordialmente, a formar e instruir os alunos às profissões utilitárias, sob o beneplácito do governo que direcionava subvenções aos estabelecimentos com mais de vinte alunas em cursos gratuitos, conforme Trindade (1996). Criava-se, nesses ambientes, uma exaltação insistente das alegrias fecundas do trabalho, vendo-se o labor como fonte de saúde, esteio moral e base da felicidade.

As instituições católicas acrescentavam a essa base moral o preparo para a vivência religiosa das mulheres em seus espaços profissionais. A construção dessa *trabalhadora católica* não consistia apenas na habilitação para tarefas tipicamente femi-ninas que lhes permitissem o simples ingresso em ocupações menos no mercado de trabalho; consistia ainda em torná-la um exemplo de educação religiosa, o tesouro mais precioso que os pais poderiam legar aos filhos; um ideal que a imprensa católica, como a Revista *Veritas* (1919, p.4), colocava sempre na boca de mães pobres, porém piedosas: “Minha querida filha, não posso deixar-te fortuna, mas pelo menos, quero que tenhas uma sólida educação, que te tornará um dia muito feliz, se Deus quiser”. Esse era o começo inevitável de muitas historietas de fundo moral e religioso.

O ensino profissional feminino

O ensino público em Curitiba mantinha, por seu lado, um estabelecimento de caráter laico formalmente destinado ao preparo das mulheres pobres para uma operosidade que as livrasse – conforme o pensamento da época - da ameaça sempre iminente da prostituição e do vício. Tratava-se da *Escola Profissional Feminina*, cuja frequência eclética não eliminava um caráter discriminatório em relação ao destino profissional

das mulheres. Essa escola passou das mãos da iniciativa particular subvencionada para a tutela do governo, mantinha-se funcionando nas salas da antiga *Escola de Bellas Artes e Offícios*. Segundo Trindade (1996), ao final de 1921, ofertava os cursos sobre trabalhos com agulhas, desenho e pintura, corte e costura, confecção de chapéus e jardinagem.

Apesar dos cursos oferecidos e do incentivo ao acesso feminino, a *Escola Profissional Femi-nina* infelizmente não superava as diferenças sociais, evidenciadas em seus recintos. Existia a possibilidade das alunas participarem dos cursos oferecidos mediante pagamento de mensalidades, mesmo não pertencendo às camadas economicamente menos favorecidas da população. As alunas pagantes tinham a opção de trazerem seu material para as aulas e elas próprias costurarem seus enxovais, situação que não ocorria com as alunas mais carentes, de tal modo que a atenção das professoras era voltada para o grupo da elite. O que por consequência gerou a desistência de muitas das alunas menos abastadas, tendo-se assim a reprodução das ações da sociedade, como foi descrito em relatório pelo Inspetor Geral do Ensino.

[...] aceitava alunas que pagavam mensalidades e estas, trazendo material da casa, trabalhavam para si para completar enxovais de seu uso particular. Enquanto estas eram atendidas, as demais permaneciam indiferentes à atividade que deve caracterizar uma casa como essa, razão porque, a grande maioria desertou [...]. Ficou assim assentado que às alunas que concluíssem o curso poder-se-ia dar trabalho de acordo com as encomendas, calculando-se a mão de obra e pagando-se periodicamente, o que competisse a cada uma (PARANÁ, 1920, p. 20).

As palavras do Inspetor Geral do Ensino comprovam a inadequação da *Escola Profissional Feminina* em atingir as categorias sociais a que se destinava. As alunas favorecidas economicamente monopolizavam a maior parte do tempo útil das aulas. Neste ponto pode-se concluir que muitas das mulheres dedicadas às profissões manuais no período aprenderam seus ofícios por experiências até fortuitas. Na tentativa para contornar essa situação foram criadas propostas semelhantes à que sugeria a criação de uma *Sociedade Amparadora da Mulher Pobre*, proposta publicada no periódico *Diário da Tarde*, com o fim de:

1º) Estabelecer sob a direção de um *ou uma* mestre, oficinas de roupas grossas, cigarrarias, etc., nas quais serão somente empregadas mulheres. Para as oficinas de roupas, os negociantes poderão fornecer as fazendas, pagando o feito.

2º) Criar novas profissões para as mulheres, [...] sejam admitidas meninas e moças como aprendizes de oficinas de calçado, tipografias e de outros serviços que possam ser feitos por pessoas do sexo feminino; depois de preparadas as operárias, criar oficinas somente compostas de pessoas do referido sexo.

3º) Aplicar os meios ao seu alcance para que as mulheres que forem pretendentes a quaisquer empregos para que, tendo a necessária aptidão, obtenham os ditos empregos(DIÁRIO DA TARDE, 1921, p.2).

Nos termos do projeto, evidencia-se uma atitude preconcebida que tendia ao confinamento das mulheres em alguns setores da economia informal, para a qual se capacitaria desde menina e se obteria, provavelmente, ocupações mal assistidas e mal remuneradas. O caráter beneficente ou público desse preparo e a ideologia do progresso econômico que o acompanhava não impediam sua marginalização do sistema econômico. Por outro lado, como relatou Trindade (1996), o acesso feminino às carreiras comerciais era bastante comum na época, garantindo às que obtinham o privilégio de ingressar nestes cursos a possibilidade de atingir os diversos graus da hierarquia comercial ou da administração pública. Muitas escolas, laicas ou confessionais, incluíam cada vez mais em seus planos de ensino o aperfeiçoamento nas práticas comerciais, abrindo suas portas para homens e mulheres. Tal é o caso da afamada *Escola Prática de Commercio de Curitiba*, estabelecimento particular de ensino que se afirmava no ramo, graças à abrangência de suas ofertas. Essa escola, como nos relatou o artigo no periódico *Diário da Tarde*, estava instalada na região central da cidade, em “amplo sobrado à Rua Doutor Muricy, número 103”, e contava com escritórios modelo – bancário, industrial e comercial. Ainda se denominava, em função de sua estrutura física e metodologia de ensino, como a escola de comércio “mais prática do Brasil”, por propiciar aos alunos:

[...] perfeita organização de todas as transações comerciais por meio de documentos empregados no comércio e na indústria: letras de câmbio, promissória, cheques, faturas, fichas, contas-correntes,

memorando, guias, recibos, notas, avisos, telegramas, ações, apólices, estampilhas, selos, papel moeda, etc. [...]
Atenção: os alunos têm direito às aulas da Escola Remington do Paraná, que faz parte da Escola do Commercio.(DIÁRIO DA TARDE, 1921, p. 1).

De qualquer forma, os conhecimentos adquiridos em uma escola de comércio, como os vinculados às prendas domésticas e às artes de salão, podiam colaborar não apenas com a prática comercial, mas com o ingresso em um domínio quase que exclusivamente feminino, o exercício da prática do magistério.

Reiterando as afirmações de Soares de Almeida (2004, p. 77), as mulheres tornaram-se constantes nos cursos normais, de tal modo que esse foi o curso mais acessível à carreira feminina, também por não terem amplo acesso a outros cursos secundários ou superiores. Essa atitude contribuiu com a sedimentação do magistério como a “opção mais adequada para o sexo feminino, [...] reforçando os atributos de missão e vocação, além da continuidade do trabalho no lar”.

Para algumas mulheres o magistério oportunizava ascensão social, para a maioria das professoras públicas das escolas dos arrabaldes sobravam as dificuldades financeiras e os ônus inerentes ao exercício da profissão. Sobre elas recaía uma carga de responsabilidade social que representava o auge do estatuto profissional outorgado à mulher, inserindo-a no plano maior da construção da sociedade liberal republicana, conforme palavras do Diretor da *Escola Normal de Curitiba*, Lysimaco Ferreira da Costa. Para ele, as mulheres seriam as mais aptas para o “nobre exercício” da função, enfatizando o papel das paranaenses na construção do progresso nacional.

[...] a mulher paranaense está reser-vada a nobre missão de assegurar aos escolares, uma educação racional e de lhes ministrar o mínimo de conhecimentos concretos e úteis e que os inicie na vida laboriosa e fecunda, e que torne cada paranaense um fator real do progresso brasileiro. (FERREIRA da COSTA, 1987, p. 130).

E para que a futura professora enfrentasse as exigências da profissão, as *Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Normal Secundária*

do Paraná focaram a necessidade deste profissional apresentar domínio no método de ensino, das técnicas e da didática, além de conhecer os programas da escola primária e a legislação escolar. Complementavam esses requisitos, de acordo com Ferreira da Costa (1987, p.130), a direção e “orientação firme e sem perturbações” em escolas isoladas ou grupos escolares. Essas ações confluíam para a finalidade de “formar um bom cidadão e um bom chefe de família”

O desdobramento dessas metas ocorreria, conforme a reformulação pretendida, pela ênfase às matérias profissionalizantes dos cursos da *Escola Normal*: Psicologia, Metodologias Especiais, Prática e Crítica Pedagógicas, reunidas todas em Curso Especial de três semestres. Somente com essa formação, ainda nas palavras do Diretor da Escola Normal, obter-se-ia um normalista “senhor perfeito da técnica Didática”.

Mas, se a sociedade aprovava e até aplaudia a inserção feminina na carreira do magistério, não superava, entretanto, a barreira dos preconceitos que lhe vedavam o acesso aos estudos superiores. Privilégio masculino, os cursos superiores revestia-se no período de um otimismo expresso na exaltação do espírito científico – condição que lhes conferia um caráter elitizante em oposição ao significado profundamente democrático e republicano da escola primária.

No que tangia às mulheres, levantava-se, mais uma vez, a questão de sua incapacidade para o estudo científico ou abstrato; uma via paralela, porém, se lhe apresentava, mercê das próprias necessidades sociais, com a abertura dos cursos de enfermeiras práticas e voluntárias da *Cruz Vermelha* e dos cursos para a formação de parteiras. Todavia, além das que seguiam esses cursos, Curitiba possuía ainda um pequeno número de jovens que se aventuravam nos meandros dos cursos superiores e obtinham seus diplomas de dentistas, farmacêuticas, advogadas, médicas e engenheiras. Para atingir esse aprendizado, elas passavam pelos bancos do ensino secundário vencendo, no *Gymnasio Paranaense*, um extenso programa de ensino, descrito no *Código de Ensino do Estado do Paraná* (1915, p. 41), que era composto por matérias de Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Aritmética, Álgebra Elementar,

Geometria, Geografia e Elementos de Cosmografia, História do Brasil, História Universal, Física e Química História Natural; além de cursos facultativos de Psicologia, Lógica, História da Filosofia e História da Literatura.

Neste contexto, existiam escolas particulares, como o *Gymnasio Curytibano*, que preparava as mulheres para o ingresso aos cursos superiores. A notícia na revista *Paraná Moderno* (1911, p. 6) esclarecia aos leitores que eram aceitos alunos internos, semi-internos e externos e que as matrículas poderiam ser efetuadas no curso preliminar, profissional, de admissão ao ginásial e no preparatório para “os exames de conjunto de farmácia, odontologia e agrimensura”. A notícia ainda esclarecia que “a matrícula para meninas *era* tão somente facultada no curso gina-sial, no de admissão e no de preparatórios para farmácia e odontologia”.

Embora de existência efêmera, esses anúncios assinalavam um momento em que já se admitia a presença feminina nos cursos superiores, situação comprovada pela publicação no *Diário Oficial do Estado* em dezembro de 1913, os resultados dos exames finais dos cursos de Direito e Odontologia.

Curso de Ciências Jurídicas e Sociais Enciclopédia Jurídica - Aprovados plenamente [...] Izaura Sydney, grau 55,1/3;
Direito Romano: Aprovados plenamente [...] Izaura Sydney, grau 70.
Anatomia descritiva e topográfica da cabeça: aprovados plenamente: Helena Vianna Seiler, grau 80,1/3 [...]
Histologia e Anatomia microscópica - aprovada com distinção: grau 98,2/3, Helena Vianna Seiler.
Fisiologia e Patologia Geral - aprovada com distinção: Helena Vianna Seiler, grau 86, 1/2. (PARANÁ, 1913, p. 13).

Ainda assim, retornava seguidamente às notícias dos periódicos a questão da incapacidade feminina em absorver ensinamentos intelectuais. O argumento para sua *irracionalidade* era a missão como reprodutora da espécie.

Efetivamente, essa mulher que transpunha os limites da sociabilidade e ultrapassava definitivamente o interior das casas; que ganhava as ruas e os templos de consumo, as escolas de ensino superior,

Etelvina M. de C. Trindade e Eliane Mimesse Prado

o campo da realização profissional, as fábricas, lojas, escritórios e ateliês, surpreendia e atemorizava a sociedade.

Dessa forma, seria melhor conceder-lhe o mero estatuto de trabalhadora manual ou de diletante das letras ou das artes, do que qualificação de profissional liberal. O número reduzido das que conseguiram romper esse preconceito demonstrava a potência das forças que preferiam mantê-las nos recintos dos lares, dos salões ou das igrejas, no atendimento da família ou a serviço da Pátria.

Bibliografia

FERREIRA da COSTA, Maria J. F. (Org.). *A dimensão de um homem: Lysimaco Ferreira da Costa - educador*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987.

MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

_____. "A educação na Primeira República", in FAUSTO, B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: sociedade e instituições. (1889-1930)*. Tomo III. 2º volume. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 261-291.

SOARES de ALMEIDA, Jane. "Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do Magistério ao longo do século XX", in SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004, p. 59-108.

_____. "Co-educação ou classes mistas? Índícios para a historiografia escolar (São Paulo 1870-1930)", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 64-78, maio/dez. 2005.

TRINDADE, Etelvina M. de C. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

Fontes

A REPÚBLICA. Curitiba, 24 abr. 1914.

BARBOSA, Rui. *Pensamento e ação de Rui Barbosa*. Brasília: Senado Federal, 1999. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa. Acesso: 11/04/2011.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 08 jul.1913; 23 out. 1914 e 15 out. 1921.

PARANÁ. Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná. Código de Ensino do Estado do Paraná. Curitiba, 1915.

_____. Diário Oficial do Estado. Curitiba, 17 dez. 1913.

_____. Relatório do Inspector Geral de Ensino do Paraná ao Presidente do Estado, 1920.

_____. Termos de Visitas das autoridades escolares, 1905.

REVISTA PARANÁ MODERNO. Curitiba, 22 jan. 1911.

REVISTA VERITAS. Curitiba, 01 abr. 1919.